



DOMINGO DE MANHÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA/RS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021

ANALISTA PROCESSUAL

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 20 (vinte) questões;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_12/08/2021 09:31:12



Instrução: As questões de números 01 a 04 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

Como lidar com a fadiga de notícias ruins?

Por Stéphanie Habrich

01 A sensação de esgotamento por conta do noticiário negativo e dos efeitos em nosso
02 psicológico é global. Em 2020, a agência governamental do Reino Unido, Ofcom, realizou uma
03 pesquisa e descobriu que quase um terço dos entrevistados estava evitando consumir conteúdos
04 negativos relacionados ___ pandemia.

05 Esse comportamento, batizado de “fadiga de notícias”, ou “fuga de notícias”, **anda**
06 preocupando autoridades ao redor do mundo. Ao se distanciar do noticiário, o cidadão deixa de
07 consumir informações relevantes, o que é crucial em períodos como os que vivemos agora.

08 O que poderia ser feito para trazer de volta aqueles que se afastaram das notícias?
09 Iniciativas estão tentando resolver esse problema. Alguns profissionais de mídia têm apostado
10 em um tipo de jornalismo que mostra as mazelas do mundo ao mesmo tempo em que aponta
11 caminhos para melhorá-los no chamado “jornalismo de soluções”. A abordagem traz esperança
12 para o leitor ou telespectador, o deixa menos amedrontado e mostra que existem caminhos para
13 superar os problemas.

14 Sempre ouvimos dizer que as novas gerações são o futuro da humanidade. Por isso, uma
15 das coisas mais cruéis que um adulto pode fazer é tirar as esperanças de um jovem. É como se
16 estivéssemos dando um tiro em nosso próprio futuro. Estamos dizendo para eles que nem vale
17 ___ pena ir atrás, mesmo se for para melhorar algo em pequena escala e, assim, matamos as
18 boas iniciativas que podem surgir.

19 No Joca, jornal para crianças e jovens fundado ... dez anos, foi levada essa questão do
20 negativismo desenfreado muito a sério e, por isso, frequentemente há investimentos no
21 jornalismo de soluções. Sabemos que é importante mostrar aos leitores que, por mais nebulosa
22 que seja a situação, sempre há um caminho – ou algo que possa ser feito. Esse tipo de
23 abordagem faz com que os jovens mantenham o seu otimismo vivo e tenham disposição para
24 lutar por um mundo melhor.

25 É o que está sendo visto, atualmente, com o projeto Mi Casa, Tu Casa. Nessa iniciativa,
26 que é uma parceria do Joca com o ACNUR (agência de refugiados da Organização das Nações
27 Unidas) e a organização Hands On Human Rights, os leitores do jornal são incentivados a ajudar
28 crianças e adolescentes venezuelanos que estão nos abrigos para refugiados e migrantes de
29 Roraima. Para participar do projeto, os jovens podem doar livros, ajudar na arrecadação de
30 dinheiro para a construção das bibliotecas e trocar cartas com os moradores dos locais de
31 acolhimento.

32 Para mobilizar os jovens a participarem da campanha, foram publicadas no Joca várias
33 matérias que explicavam a situação dos refugiados venezuelanos, tanto no Brasil como no
34 exterior. Como citam as boas práticas de jornalismo de soluções, não se deixou de falar sobre
35 as dificuldades que essas pessoas estavam enfrentando. Porém, ao invés de se restringir a isso,
36 também foi apresentado um ponto positivo, no caso, o projeto Mi Casa, Tu Casa, que levará
37 cultura e diversão para o dia ___ dia daqueles refugiados.

38 Os leitores acompanharam as matérias sobre os venezuelanos e se empenharam
39 ativamente para doar livros e verbas para a campanha. A história do Mi Casa nos mostra que é
40 possível praticar um jornalismo que não canse e desanime, mas que informe e encoraje os
41 cidadãos a buscar soluções para os nossos problemas.

42 Precisamos acreditar que nem tudo está perdido e que há solução para a tal da fadiga (ou
43 fuga) de notícias.

(Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/blog/stephanie-habrich/fadiga-noticias-ruins/> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Em relação à construção argumentativa do texto, assinale a alternativa que aponta a principal ideia defendida.

- A) Os noticiários estão levando somente ideias negativas ao público leitor.
- B) Os noticiários estão levando somente ideias positivas ao público leitor.
- C) É possível, mesmo em um cenário negativo, trazer notícias reais e inspirar os leitores.
- D) Não é possível, no cenário negativo em nos encontramos, trazer notícias reais e inspirar os leitores.
- E) As ações do “Joca” são pontuais e isoladas.

QUESTÃO 02 – Analise as assertivas a seguir sobre a lacuna pontilhada na linha 19:

- I. A lacuna poderia ser preenchida por “a”, formando um adjunto adverbial de tempo.
- II. Poder-se-ia preencher a lacuna por “há”, formando um adjunto adverbial que indica tempo transcorrido.
- III. O pontilhado poderia ser preenchido tanto por “há” quanto por “havam”, tendo em vista que a concordância com expressões de tempo é facultativa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 03 – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 04, 17 e 37.

- A) à – à – à
- B) à – à – a
- C) a – à – à
- D) à – a – a
- E) a – a – à

QUESTÃO 04 – Na linha 05, a forma verbal “anda”, considerando sua transitividade, poderia ser classificada como:

- A) Verbo de Ligação.
- B) Verbo Intransitivo.
- C) Verbo Transitivo Direto.
- D) Verbo Transitivo Indireto.
- E) Verbo Transitivo Direto e Indireto.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 05 – A teor do disposto no Regime Jurídico dos Servidores Municipais do Município de Candelária, Lei nº 91/2005 e suas alterações, assinale a alternativa INCORRETA quanto ao regime de trabalho.

- A) Atendendo à conveniência ou à necessidade do serviço, e mediante acordo individual escrito, poderá ser instituído sistema de compensação de horário, hipótese em que a jornada diária poderá ser superior a oito horas, sendo o excesso de horas compensado pela correspondente diminuição em outro dia, observada sempre a jornada máxima mensal.
- B) Poderá também ser objeto de compensação de horários, através de acordo individual escrito, o trabalho exercido por servidor que, por força das atribuições do cargo, executar serviços sob a forma de plantões ou em horários ininterruptos, mediante escala a ser expedida pela Administração Municipal, nas atividades de revezamento, ou de jornadas de 12 x 24 horas, 12 x 36 horas, plantão corrido de 24 horas ou outros, desde que respeitada a jornada semanal e o repouso necessário entre uma jornada e outra.
- C) O serviço extraordinário será remunerado por hora de trabalho que exceda o período normal, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal, nos dias de semana e de cem por cento apenas aos domingos e feriados.
- D) Salvo nos casos excepcionais, devidamente justificados, ou mediante acordo com intervenção sindical, não poderá o trabalho em horário extraordinário exceder a duas horas diárias, e seu ajuste, quando excedido, deverá ser feito mensalmente.
- E) O exercício de cargo em comissão ou de função gratificada, não sujeito ao controle de ponto, bem como acordos de compensação de horários pela hora exata, excluem a remuneração por serviço extraordinário.

QUESTÃO 06 – Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Candelária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão se ausentar do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a quinze dias.
- B) Os Secretários Municipais serão escolhidos exclusivamente dentre brasileiros natos, no exercício dos direitos políticos.
- C) Os conselhos municipais são órgãos de participação direta da comunidade na administração pública, tendo por finalidade propor, fiscalizar e deliberar matérias referentes a cada setor da administração, e serão criados por lei.
- D) O Município deverá organizar sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no plano diretor e mediante adequado sistema de planejamento.
- E) A Administração Municipal compreende as secretarias ou órgãos equiparados, que obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 07 – Conforme previsões da Lei Municipal nº 410/2009, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Candelária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Administração Municipal promoverá treinamentos para os seus servidores sempre que verificada a necessidade de melhor capacitá-lo para o desempenho de suas funções, visando dinamizar a execução das atividades dos diversos órgãos e ocorrerá periodicamente para efeitos do que trata a emenda constitucional nº 19, especialmente no que tange a formação dos Conselhos de Política de Administração e de Remuneração de Pessoal e a política de qualificação do servidor público.
- B) Para fins de promoção, considera-se em princípio, que todo servidor tem direito a ser promovido de classe, desde que fique demonstrado o cumprimento do interstício de tempo exigido e o implemento das exigências formais de promoção.
- C) Suspendem a contagem para fins de promoção, as licenças e afastamentos sem direito a remuneração; as licenças para tratamento de saúde no que excederem de noventa dias, mesmo quando em prorrogação, exceto as decorrentes de acidente em serviço; e as licenças para tratamento de saúde em pessoas da família.
- D) O tempo de exercício exigido na classe imediatamente anterior para fins de promoção para a seguinte será sempre de cinco anos.
- E) Fica prejudicada a avaliação, acarretando a interrupção da contagem de tempo de exercício para fins de promoção ou concessão de vantagem adicional, sempre que o servidor, dentre outras hipóteses, completar três faltas injustificadas ao serviço.

QUESTÃO 08 – Nos termos da Lei Municipal nº 63/2003, que dispõe sobre o sistema tributário do Município de Candelária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS tem como fato gerador a prestação de serviços exclusivamente por pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.
- B) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- C) O Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- D) Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto sobre a Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI no momento da transmissão, da cessão ou da permuta dos bens ou dos direitos, respectivamente, transmitidos, cedidos ou permutados.
- E) A Taxa de Licença Inicial para Localização, Instalação e Funcionamento, de Vistoria e/ou Fiscalização anual, fundada no poder de polícia do município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente ao Exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do Poder Público – tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de posturas.

QUESTÃO 09 – Sobre as disposições do Código de Edificações do Município de Candelária (Lei Municipal nº 933/2013 e suas alterações), é INCORRETO afirmar que:

- A) Em regra, as obras de construção, ampliação, reforma ou demolição somente podem ser executadas após exame, aprovação do projeto e concessão de licença pelo Município e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado, cadastrado no Município e em dia com os tributos municipais.
- B) O município comunicará ao órgão de fiscalização profissional competente a atuação irregular do profissional que incorra em comprovada imperícia, má fé ou direção de obra não licenciada.
- C) Quando o responsável técnico for substituído, esta alteração deverá ser comunicada ao CREA ou CAU e à Prefeitura Municipal e ainda fornecer uma descrição das etapas concluídas e as por concluir da obra em que ocorrer tal fato.
- D) A Administração examina o projeto arquitetônico no prazo máximo de 30 dias úteis.
- E) A demolição de qualquer edificação só pode ser executada mediante licença requerida ao setor competente assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico, dispensando, contudo, a emissão de documento de responsabilidade técnica.

QUESTÃO 10 – Um triângulo retângulo tem como medida dos lados, em centímetros, os seguintes números naturais: x , $x+14$ e $x+16$. A soma da medida dos lados desse triângulo, em cm, é:

- A) 70.
- B) 65.
- C) 60.
- D) 55.
- E) 50.

QUESTÃO 11 – A movimentação econômica de um município é calculada pela média ponderada. Considerando o agronegócio com peso 4, a indústria com peso 3 e os serviços com peso 3. Se em determinado mês essas respectivas áreas registraram transações nos valores de R\$ 30.000,00, R\$ 50.000,00 e R\$ 25.000,00, então a média ponderada dessa movimentação econômica é:

- A) R\$ 35.000,00.
- B) R\$ 34.700,00.
- C) R\$ 34.600,00.
- D) R\$ 34.500,00.
- E) R\$ 34.200,00.

QUESTÃO 12 – No ano de 2019, foram internados no hospital municipal 846 indivíduos, entre 60 e 74 anos, com pneumonia. Se no ano de 2020 ocorreu um aumento de 17,5% de internamentos com essa especificação, então quantos indivíduos aproximadamente foram internados?

- A) 148.
- B) 212.
- C) 698.
- D) 890.
- E) 994.

QUESTÃO 13 – Considere o valor-lógico das seguintes proposições simples:

André é funcionário com graduação completa é verdadeira.
André tem mais de 40 anos é falsa.

A alternativa que apresenta uma sentença **verdadeira** para o conetivo da conjunção e negação é:

- A) Se André tem mais de 40 anos, então ele é funcionário com graduação completa.
- B) André é funcionário com graduação completa, mas não tem mais de 40 anos.
- C) André não é funcionário com graduação completa, contudo tem mais de 40 anos.
- D) André não é funcionário com graduação completa ou tem mais de 40 anos.
- E) André é funcionário com graduação completa, entretanto tem mais de 40 anos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 14 – Existem diversas discussões doutrinárias acerca do conceito, noções e limites dos chamados atos administrativos e a clareza acerca de todos é essencial. O histórico da construção da teoria dos atos administrativos tem consolidada sua contemporaneidade ao surgimento do constitucionalismo, tendo em vista o surgimento de fatores muito específicos, estes que diferenciaram a concepção de atos administrativos quando comparados os sistemas de *common law* ao europeu continental. Assim sendo, para que a noção de ato administrativo seja estabelecida em uma ordem jurídica, é necessário que seja reconhecido um elemento específico, qual seja:

- A) Existência de, no mínimo, bipartição de poderes, tendo conseqüentemente um deles função executiva, mesmo que atípica.
- B) Regime jurídico-administrativo, ao qual a Administração Pública deve estar sujeita.
- C) O primado do Estado de Direito e, conseqüentemente, do princípio da legalidade estrita.
- D) A vinculação necessária de realização de serviços públicos por meio ou condicionados a atos administrativos.
- E) Diferenciação juridicamente clara de um ato jurídico oriundo de direito comum e de direito público.

QUESTÃO 15 – A Lei nº 8.429/1992 é clara ao considerar possíveis sujeitos ativos dos atos previstos os agentes públicos, além de terceiros, consideradas determinadas condições. Dessa forma, tendo por referência a teoria que estrutura a interpretação dos agentes públicos e a improbidade administrativa, recorrendo à Constituição Federal e à legislação infraconstitucional, assinale a alternativa INCORRETA sobre o tema.

- A) Agentes públicos vinculados ao Poder Judiciário que possuam vitaliciedade podem ser sujeitos ativos de atos de improbidade, estando sujeitos a todas as sanções, salvo perda de cargo.
- B) A despeito de seu status diferenciado, os militares também estão sujeitos ao cometimento de ato de improbidade administrativa.
- C) A imunidade parlamentar de congressistas só se refere à responsabilidade criminal, não havendo impedimento à aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.
- D) Deputados estaduais não estão sujeitos à sanção de perda de função pública oriunda da aplicação da Lei nº 8.429/1992.
- E) É ato de improbidade administrativa praticado por agente público retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

QUESTÃO 16 – A ordem social tem ligação direta não só com os direitos sociais fundamentais, mas com a evolução histórica das necessidades humanas, estas que tomaram forma ao longo das décadas considerando as novas demandas que não poderiam ser supridas tão somente com liberdades públicas. Especificamente quanto à saúde, a proteção constitucional é especial, pois, além de ser um direito de todos, o acesso a ela deve ser universal, gratuito e de qualidade. Dessa forma, assinale a alternativa INCORRETA acerca dos conhecimentos que se desdobram da seção da saúde quando tratada no título da Ordem Social na Constituição da República Federativa do Brasil.

- A) A aplicabilidade imediata do direito à saúde, garantido mediante políticas sociais e econômicas, torna inconstitucional a omissão do Estado na garantia ao mínimo existencial desse direito.
- B) A baliza do mínimo existencial e da reserva do possível não é de definição estanque, encontrando certos limites e parâmetros sobretudo quando se fala de direito à saúde.
- C) Tendo em vista ser uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde a descentralização, em matéria de saúde pública, a responsabilidade dos entes da Federação será definida pelo ente gestor do serviço de saúde específico.
- D) A participação da comunidade é uma das diretrizes do sistema único de saúde.
- E) Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

QUESTÃO 17 – Compreender o fenômeno constitucional ao longo dos séculos e sociedades é um trabalho árduo e complexo, motivo pelo qual diversos estudiosos elaboraram teorias sobre o tema. Dessa forma, tendo por referência os autores modernos e contemporâneos que colaboraram para as teorias das constituições, assinale a alternativa que traga uma informação INCORRETA de acordo com o autor específico.

- A) Niklas Luhmann, sociólogo alemão falecido em 1998, desenvolveu a chamada “Teoria Sistêmica da Sociedade”, em que afirma que a sociedade se estrutura a partir de diversos sistemas especializados, cada um com suas especificidades próprias, e que a Constituição é um produto do acoplamento social entre os sistemas do Direito e da Política.
- B) Peter Häberle, constitucionalista alemão, diz que mais do que um documento expresso, as constituições são “processos públicos”, cujos critérios de interpretação são tão abertos quanto mais pluralista for a sociedade, de acordo com os contextos que permeiam as especificidades da vida social.
- C) Konrad Heese afirma que a “abertura constitucional” se dá em uma sociedade onde a Constituição permite e cria mecanismos para que projetos e modos alternativos da vida coexistam, sem se fragmentarem uns nos outros, participando com igualdade no jogo democrático, considerando os princípios e regras diretoras estabelecidas pela ordem constitucional.
- D) Jürgen Habermas, que se dedicou ao estudo da democracia e do agir comunicativo, afirma que a Constituição, como centro nervoso do mundo jurídico, além de ser o guia normativo por meio de princípios da liberdade e igualdade, cria os limites para o sistema político, de modo a respeitar a legitimidade discursiva e a democracia participativa.
- E) José Joaquim Gomes Canotilho, um dos juristas mais importantes da língua portuguesa, ao construir o conceito de “Constituição Dirigente”, este que o próprio autor critica anos depois, afirma que este tipo de constituição se caracteriza por ser um conjunto de atos normativos consagradores de direitos fundamentais em uma dinâmica negativa de expectativas para com o Estado, sobretudo pela defesa ferrenha da necessidade de defesa constitucional das liberdades públicas fundamentais de primeira geração.

QUESTÃO 18 – A humanidade encontra-se em um limite muito importante, em que atitudes ambientais drásticas e necessárias devem ser tomadas para a preservação de nossa existência. Por isso, a Constituição Federal de 1988 e a legislação infraconstitucional criaram estruturas e mecanismos jurídicos para a preservação do meio ambiente para esta e para as gerações futuras. Dentre as regras constitucionais sobre o tema, o Art. 225, § 1º, II da Constituição Federal afirma que deve o Poder Público “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético”. Com tal intuito, criou-se, através da Lei nº 9.985/2000, o chamado Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), visando à proteção parcial do patrimônio genético e da diversidade biológica. O SNUC, de acordo com a Lei nº 9.985/2000, possui determinados objetivos, quais sejam, EXCETO:

- A) Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.
- B) Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.
- C) Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental.
- D) Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural.
- E) Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

QUESTÃO 19 – Analise a seguinte situação hipotética: Um acórdão recorrido negou provimento à apelação do recorrente, posto que as alegações apresentadas no recurso sequer foram trazidas na inicial. Além disso, o resto da peça recursal apresentava somente transcrições de ementas e excertos no que se restou da fundamentação, sem estar acompanhada de qualquer análise mais aprofundada ou contextual ao tema. Determinado entendimento sumular do Supremo Tribunal Federal é pacífico sobre sua incidência neste tipo de caso, afirmando que, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles, é inadmissível:

- A) Reclamação Constitucional.
- B) Embargos de Declaração.
- C) Embargos de Divergência.
- D) Recurso Extraordinário.
- E) Agravo Interno.

QUESTÃO 20 – A Lei nº 6.830/1980 versa sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Durante o percurso processual, poderão ocorrer situações de suspensão do curso da execução, como o caso de não ser encontrado bens sobre os quais possam recair uma eventual penhora. De acordo com a legislação supracitada, caso não sejam encontrados os bens em determinado período, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos decorrido determinado prazo máximo, este que será de:

- A) 6 meses.
- B) 1 ano.
- C) 2 anos.
- D) 3 anos.
- E) 5 anos.